



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

PROCESSO Nº: 35.734/2008

ASSUNTO: AUDITORIA DE DESEMPENHO

PARECER Nº: 1049/2016-CF

EMENTA: Auditoria de Desempenho. Rede de Atenção em Oftalmologia. Avaliação das instalações e equipamentos dos centros cirúrgicos de oftalmologia. Decisão 3842/2015. Exame do Plano de Ação. Reiteração. **Parecer convergente com acréscimo.**

Cuidam os autos da Auditoria de Desempenho nº 2.0002.08, realizada junto à Secretaria de Estado de Saúde, tendo por objetivo avaliar a gestão das instalações, equipamentos, insumos e pessoal necessários ao funcionamento dos Centros Cirúrgicos Oftalmológicos.

2. Na última decisão proferida, Decisão 3842/2015, o TCDF, assim se manifestou:

IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: a) adote medidas com vistas à compatibilização das instalações físicas e dos materiais e equipamentos das unidades de saúde prestadoras de serviços de oftalmologia, com o disposto na Portaria nº 288/2008-SAS, do Ministério da Saúde; b) elabore plano de substituição dos equipamentos oftalmológicos em condições inadequadas para o uso a que se destina; c) identifique os equipamentos oftalmológicos sem contrato de manutenção e analise a viabilidade técnica-econômica da contratação dos serviços; d) elabore e implemente um plano de gerenciamento de equipamentos oftalmológicos, em observância à Resolução nº 2/2010 da Anvisa, contemplando todas as etapas de gestão dos bens, desde o planejamento da aquisição até sua utilização no serviço de saúde; e) promova melhorias no processo de controle patrimonial de equipamentos médico-hospitalares e de supervisão dos contratos de manutenção, que possibilitem a interação entre as áreas e os executores de contrato, de forma a garantir a efetividade na gestão dos equipamentos, permitindo, por exemplo, a obtenção de informações gerenciais atualizadas, tal como, localização e estado de conservação dos bens, unidade responsável pela guarda do bem, existência de contrato de manutenção e executor designado; V – alertar a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal de que as determinações do item anterior têm natureza de reiteração do contido nas Decisões nºs 952/2011, 2458/2012 e 4084/2014, e que eventual descumprimento poderá ensejar aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 01/1994; VI – determinar, ainda, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que elabore, em 90 (noventa) dias,

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

plano de ação para implementação das determinações objeto do Item IV, conforme modelo anexo da Informação nº 06/15, com a indicação das ações, prazos e responsáveis, que deve ser encaminhado a esta Corte de Contas para posterior monitoramento;

3. A partir das informações prestadas pela SES, o CT se manifestou, por meio da Informação 33/2016 - DIAUD2 (fls. 882-894), sobre o cumprimento do item "VI" da Decisão 3842/2015 em que foi determinado o encaminhamento de Plano de Ação com vistas ao atendimento do item "IV" da decisão, no seguinte sentido:

II. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DA DECISÃO 3842/2015

a. Item "VI" da Decisão nº 3842/2015 – Plano de Ação – SES-DF

10. De acordo com o item "VI" da Decisão 3842/2015, o Tribunal ordenou a elaboração e o encaminhamento de Plano de Ação com o objetivo de implantar as medidas indicadas nos itens "IV.a", "IV.b", "IV.c", "IV.d" e "IV.e" da determinação.

11. Ressalta-se que, apesar de o item "VI" da Decisão 3842/2015 determinar a elaboração de plano de ação, "conforme modelo anexo da Informação nº 06/15, com a indicação das ações, prazos e responsáveis", a Secretaria não encaminhou informações nos moldes propostos (fls. 850/881).

12. Apesar de não encaminhado o documento, a partir das informações prestadas procurou-se extrair as ações, os prazos e os setores responsáveis pelas medidas propostas, conforme registrado nos quadros a seguir. Posteriormente, tratar-se-á das análises pertinentes.

Quadro 1. Item "IV.a" da Decisão 3842/2015

Item da Decisão	Medidas	Prazo	Setor
IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: a) adote medidas com vistas à compatibilização das instalações físicas e dos materiais e equipamentos das unidades de saúde prestadoras de serviços de oftalmologia, com o disposto na Portaria nº 288/2008-SAS, do Ministério da Saúde;	<p>"A compatibilização das instalações físicas e dos materiais e equipamentos cabe às UOFTs e Direções de Hospitais" (fl. 851)</p> <p>"Há pregão 214/2015 que está em andamento para aquisição de ponteira de guilhotina, insumo indispensável para realização de cirurgias vítreo-retinianas." (fl. 854)</p> <p>"Para atendimento à demanda da Coordenação de Transplante de Córnea está sendo finalizado Termo de Referência para aquisição de material cirúrgico para realização de transplante de córnea." (fl. 854)</p>	Não consta.	Não consta.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

	<p><i>“Para adequação das condições de trabalho e atendimento aos usuários da SESDF, foi feito projeto para aquisição de emenda parlamentar, cujo projeto foi aprovado, esperando publicação pelo Ministério da Saúde para prosseguir com Termo de Referência...” (fl. 854)</i></p> <p><i>“as instalações físicas só serão compatibilizadas após aquisição de equipamentos” (fl. 876).</i></p>		
--	--	--	--

Análise

13. À época da auditoria constatou-se que as instalações físicas, materiais e equipamentos da Rede de Atenção em Oftalmologia da SES encontravam-se em desconformidade com as exigências da Portaria 288/2008-SAS do Ministério da Saúde, o que poderia implicar no descredenciamento de algumas unidades hospitalares para a realização de procedimentos oftalmológicos e, por consequência, afetaria a percepção de recursos federais.

14. Diante disso, houve a determinação no sentido de a SES adotar medidas com vistas à compatibilização das instalações físicas e dos materiais e equipamentos das unidades de saúde prestadoras de serviços de oftalmologia, com o disposto na Portaria 288/2008-SAS do Ministério da Saúde.

15. No entanto, de acordo com a documentação encaminhada, as informações prestadas não atendem ao disposto no item “VI” da Decisão 3842/2015, tendo em vista que além de não seguir o modelo proposto, não foram indicadas as ações, prazos e responsáveis com vistas ao atendimento de cada uma das alíneas do item “IV” da determinação.

16. Mesmo alguns pontos extraídos dos documentos encaminhados, reproduzidos no quadro anterior, não se traduzem em medidas concretas que possibilitem a resolução da irregularidade apontada pela auditoria. Ademais, não constam prazos nem o setor responsável pelas ações a serem empreendidas.

17. Constatou-se que as informações enviadas são esparsas, de setores específicos, não traduzindo a efetiva e esperada opinião da Secretaria quanto à solução do problema apontado.

18. A Gerência de Recursos Médico-Hospitalares informou que “a compatibilização das instalações físicas e dos materiais e equipamentos cabe às UOFTs e às Direções de Hospitais”. Por outro lado, não há pronunciamento da UOFTs nem das direções dos hospitais (fl. 851). Os Relatórios encaminhados pela Gerência demonstram diversas carências que ainda permanecem nos serviços de oftalmologia (fls. 853/859):

“a aquisição destes aparelhos permitirá a adequação e renovação dos serviços já existentes;”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

“Aquisição de Yag laser para realização de capsulotomia, iridomias, hialoidectomia, vitreólise, Ressaltamos que não há este aparelho na SESDF o que demanda judicializações.”

“...avaliar a possibilidade de equipar centros de saúde com consultório básico oftalmológico, ...”

“Além disso, não se pode esquecer de fornecer tratamento de reabilitação visual para os pacientes...”

“Deve-se montar centros de referência para avaliação e controle de retinopatia diabética...”

“...é necessário que os hospitais referência sejam equipados com equipamentos como laser de argônio e vitreófago para realização de procedimentos cirúrgicos necessários.”

“...esta coordenação está tentando viabilizar salas cirúrgicas no HRAS para dar vazão a esta demanda reprimida”

19. Ainda quanto ao item em exame, a Diretoria de Engenharia Clínica comenta que:

“as instalações físicas só serão compatibilizadas após aquisição de equipamentos” (fl. 876).

“A Coordenação de Oftalmologia já procedeu a elaboração de processos de aquisição de novos equipamentos...” (fl. 876).

20. Porém não há ações concretas com relação à aquisição de equipamentos, apenas consta indicação do número de diversos processos instaurados para compra de insumos (fls. 857/859). Não foi informada a fase em que se encontra cada um dos processos, não se sabe se as aquisições foram concluídas. Ademais há indicação de processos dos anos de 2005, 2009, 2012, 2013 e 2014, todos anteriores à data da decisão prolatada pela Corte (fls. 864/866). Ou seja, as informações demonstram que persiste a situação apontada pela fiscalização e que inexistem medidas concretas iniciadas a partir da determinação.

21. Portanto, pode-se considerar não atendido o item em exame. Ainda, considerando que devem constar do plano ações efetivas adequadas para a finalidade de solucionar as irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria, propõe-se que sejam reiterados à SES/DF os itens “IV.a” e “VI” da Decisão 3842/2015. Sugere-se, ainda, alertar ao titular da Pasta que, para atendimento dos referidos itens, obtenha junto aos setores diretamente envolvidos com as medidas propostas, informações detalhadas acerca das ações a serem implementadas e os respectivos prazos de execução, e que as respostas encaminhadas ao Tribunal devem expressar as diretrizes e a visão estratégica da alta administração daquele órgão.

Quadro 2. Item “IV.b” da Decisão 3842/2015

Item da Decisão	Medidas	Prazo	Setor
IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: (...) b) elabore plano de substituição dos equipamentos oftalmológicos em condições inadequadas	“Para a substituição dos equipamentos há o processo 060.5208/2013 para licitação por Sistema de Registro de Preços...” (fl. 851)	Não consta.	Não consta.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

para o uso a que se destina;	<i>“A Coordenação de Oftalmologia já procedeu a elaboração de processos de aquisição de novos equipamentos, informando em 2014 todos os processos e a DIEC já recolheu os inservíveis” (fl. 876)</i>		
------------------------------	--	--	--

Análise

22. Quando da auditoria, constatou-se que a maioria dos equipamentos oftalmológicos da SES eram antigos (20, 40 anos; Anexo I, fls. 185). Outros equipamentos foram encontrados pela fiscalização sem condições de funcionamento.

23. No intuito de contribuir para a solução das irregularidades determinou-se a elaboração de plano de substituição dos equipamentos em condições inadequadas de uso.

24. No entanto, além de não ter sido encaminhado o plano de ação, não foi apresentado plano de substituição dos equipamentos, tampouco fez-se referência ao mencionado documento.

25. A Gerência de Recursos Médico-Hospitalares limitou-se informar que há o processo 060.5208/2013 para licitação por Sistema de Registro de Preços. Não consta a fase em que se encontra o processo, não há estimativas de prazos para a aquisição, não especifica o setor responsável em cada uma das fases necessárias à efetivação da compra (fl. 876).

26. Ainda, consta do Relatório da coordenadora de oftalmologia uma lista de equipamentos que estariam contemplados em projeto de aquisição por meio de emenda parlamentar. Segundo o documento, o projeto foi aprovado, porém está aguardando publicação por parte do Ministério da Saúde para prosseguir com o Termo de Referência para a aquisição (fl. 854).

27. Segundo a Diretoria de Engenharia Clínica os equipamentos inservíveis já foram recolhidos (fl. 376). No entanto, não há identificação dos bens que foram recolhidos e quais desses equipamentos foram substituídos.

28. Um plano de substituição de equipamentos deveria apresentar informações detalhadas, constando no mínimo, identificação do patrimônio, descrição do equipamento, data de aquisição, localização, estado (situação atual de uso do bem), indicação da necessidade de substituição, data da solicitação de substituição, identificação do processo instaurado para substituição do equipamento, status do processo.

29. Ante o exposto, pode-se considerar não atendido o item em exame. Ainda, em vista da falta de informações, propõe-se que sejam reiterados à SES/DF os itens “IV.b” e “VI” da Decisão 3842/2015. Sugere-se, ainda, alertar ao titular da Pasta que para atendimento dos referidos itens obtenha junto aos setores diretamente envolvidos com as medidas propostas, informações detalhadas acerca das ações a serem implementadas e os respectivos prazos de execução, e que as respostas encaminhadas



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

ao Tribunal devem expressar as diretrizes e a visão estratégica da alta administração daquele órgão.

Quadro 3. Item “IV.c” da Decisão 3842/2015

Item da Decisão	Medidas	Prazo	Sector
IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: (...) c) identifique os equipamentos oftalmológicos sem contrato de manutenção e analise a viabilidade técnica-econômica da contratação dos serviços;	“A DIEC já instruiu processo de manutenção para os equipamentos que venceram a garantia, processo número 060.003.188/2015” (fl. 876)	Não consta.	Não consta.

Análise

30. Durante a fiscalização foram constatadas falhas no gerenciamento dos bens com relação aos contratos de manutenção. Alguns aparelhos não estavam vinculados a contratos de manutenção enquanto outros estavam incluídos indevidamente. Portanto, surgiu a necessidade de a SES adotar medidas com vistas à identificação dos equipamentos oftalmológicos sem contratos de manutenção e analisar a viabilidade técnica-econômica da contratação desses serviços.

31. As informações da Diretoria de Engenharia Clínica são insuficientes para atender o item da decisão. Não foi encaminhado documento com identificação dos equipamentos oftalmológicos sem contrato de manutenção, assim como não foi enviada análise da viabilidade técnica-econômica da contratação desses serviços.

32. Neste caso, destacam-se primordialmente dois pontos requeridos pelo Tribunal, que merecem ser abordados pela SES/DF: (i) identificação dos equipamentos oftalmológicos sem contrato de manutenção; (ii) análise da viabilidade técnica-econômica da contratação dos serviços. Cabe à SES apresentar, para cada um dos pontos mencionados, as ações necessárias ao atendimento, indicando o setor ou setores responsáveis pelas medidas a serem implementadas e os respectivos prazos para conclusão.

33. Ante o exposto, pode-se considerar não atendido o item em exame. Ainda, em vista da falta de informações, propõe-se que sejam reiterados à SES/DF os itens “IV.c” e “VI” da Decisão 3842/2015. Sugere-se, ainda, alertar ao titular da Pasta que para atendimento dos referidos itens obtenha junto aos setores diretamente envolvidos com as medidas propostas, informações detalhadas acerca das ações a serem implementadas e os respectivos prazos de execução. Por fim, cabe ainda alertar ao titular da Pasta que as respostas encaminhadas ao Tribunal devem expressar as diretrizes e a visão estratégica da alta administração daquele órgão.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

Quadro 4. Item “IV.d” da Decisão 3842/2015

Item da Decisão	Medidas	Prazo	Sector
IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: (...) d) elabore e implemente um plano de gerenciamento de equipamentos oftalmológicos, em observância à Resolução nº 2/2010 da Anvisa, contemplando todas as etapas de gestão dos bens, desde o planejamento da aquisição até sua utilização no serviço de saúde; ;	“a DIEC está esperando a reestruturação da SES e contratação de novos servidores para atender a Decisão 2688/2015-TCDF e tendo em vista que a DIEC não possui servidores em quantidade e com qualificação para atendimento da RDC 02/2010 ANVISA.” (fl. 876)	Não consta.	DIEC.

Análise

34. O plano de gerenciamento de equipamentos oftalmológicos solicitado decorreu das diversas irregularidades verificadas na gestão dos bens patrimoniais da Secretaria durante a auditoria.

35. A Resolução 2/2010 da Anvisa dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde e foi editada com o objetivo de:
(...)

36. O Regulamento Técnico instituído pela Resolução, se aplica às tecnologias utilizadas na prestação de serviços de saúde, incluindo equipamentos de saúde.

37. O Plano de Gerenciamento está previsto no art. 4º, XIV, da Resolução:

“XIV - plano de gerenciamento: documento que aponta e descreve os critérios estabelecidos pelo estabelecimento de saúde para a execução das etapas do gerenciamento das diferentes tecnologias em saúde submetidas ao controle e fiscalização sanitária abrangidas nesta Resolução, desde o planejamento e entrada no estabelecimento de saúde, até sua utilização no serviço de saúde e descarte;”

38. A obrigatoriedade de elaboração e implantação do Plano de Gerenciamento está prevista no art. 6º da Resolução Anvisa 02/2010:

“Art. 6º Os estabelecimentos de saúde devem elaborar e implantar Plano de Gerenciamento para as seguintes tecnologias em saúde abrangidas por este regulamento técnico:

I - produtos para saúde, incluindo equipamentos de saúde;
(...)”.

39. Conforme as medidas informadas no Quadro anterior, o item ainda não foi atendido.

40. Apesar de publicada a nova estrutura organizacional da SES, em 18/01/2016, por meio do Decreto 36918/2015, ainda não foi atualizado o regimento interno da Secretaria constando as novas atribuições das respectivas unidades.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

41. Segundo as informações prestadas, a Diretoria de Engenharia Clínica não possui servidores suficientes para atender os termos da Decisão.

42. Importante destacar que a carência de servidores da então DIEC foi assunto abordado no Processo 1780/2013, que trata de auditoria realizada na gestão de equipamentos hospitalares. Naqueles autos o Tribunal prolatou a Decisão 2688/2015:

“II. Determinar Secretaria de Estado de Saúde que: a) adote **medidas no sentido de dotar a Diretoria de Engenharia Clínica de Equipamentos – DECEM/SULIS, de profissionais especializados e de recursos técnicos adequados às competências da unidade, seja por meio de concurso público**, alteração de estrutura organizacional ou mediante contratação de serviços na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/93, analisando a viabilidade técnica, jurídica e econômica da medida pretendida, com o objetivo de garantir o gerenciamento eficaz dos equipamentos médico-hospitalares da rede pública de saúde, tais como a sistematização do controle e da avaliação desses bens, a disponibilização de informações gerenciais e a supervisão e registro das atividades de manutenção (Achado 1); “ (grifou-se)

43. No entanto, a carência de profissionais não deve ser impeditiva para que a Diretoria elabore um plano de ação, constando as medidas a serem implantadas e os respectivos prazos para implementação, sendo os períodos, para conclusão das medidas, ponderados em função das demais atribuições e da quantidade atual de servidores da unidade. A carência de pessoal não justifica e não pode motivar a inércia do setor.

44. Nesse sentido, pode-se considerar não atendido o item em exame. Ainda, em vista da falta de informações, propõe-se que sejam reiterados à SES/DF os itens “IV.d” e “VI” da Decisão 3842/2015. Sugere-se, ainda, determinar ao titular da Pasta que, para atendimento dos referidos itens, obtenha junto aos setores diretamente envolvidos com as medidas propostas, informações detalhadas acerca das ações a serem implementadas e os respectivos prazos de execução. Por fim, cabe alertar ao titular da Pasta que as respostas encaminhadas ao Tribunal devem expressar as diretrizes e a visão estratégica da alta administração daquele órgão.

Quadro 5. Item “IV.e” da Decisão 3842/2015

Item da Decisão	Medidas	Prazo	Setor
IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: (...) e) promova melhorias no processo de controle patrimonial de equipamentos médico-hospitalares e de supervisão dos contratos de manutenção, que possibilitem a interação entre as áreas e os executores de contrato, de forma a	“(…) possibilidade de concessão de senha para consulta ao SISGEPAT, aos executores dos contratos, para consulta quanto a localização e responsáveis pelos bens patrimoniais “ (fl. 872) “(…) solicitamos (...) acesso ao Sistema Geral de Patrimônio - SISGEPAT, para os servidores designados executores de	Não Consta.	Diretoria de Patrimônio. Secretaria de Fazenda do DF.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

garantir a efetividade na gestão dos equipamentos, permitindo, por exemplo, a obtenção de informações gerenciais atualizadas, tal como, localização e estado de conservação dos bens, unidade responsável pela guarda do bem, existência de contrato de manutenção e executor designado; ;	contratos da SES/DF, de forma a possibilitar a obtenção de informações gerenciais atualizadas, tal como, localização e estado de conservação dos bens. Unidade responsável pela guarda do bem.” (fl. 873) “(…) esta Diretoria, solicitou a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEF/DF, autorização de acesso para que os servidores designados executores de contrato utilizem o SISGEPAT (Sistema Geral de Patrimônio), com o intuito de promover o melhoramento da gestão patrimonial dos equipamentos médico-hospitalares que possuem contratos de manutenção” (fl. 874)		
---	--	--	--

Análise

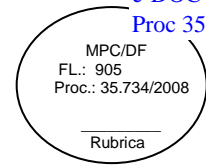
45. Quando da auditoria foram verificados diversos equipamentos sem controle patrimonial e outros bens com identificação em local inadequado. Constatou-se, ainda, que a Gerência Patrimonial, os Executores e a Coordenação de Contratos de Manutenção não tinham interação satisfatória, o que prejudicava o controle e a gestão dos equipamentos oftalmológicos.

46. Segundo informações da Diretoria de Patrimônio da SES/DF, para atendimento do item em exame torna-se necessária a concessão de senha aos executores de contratos para acesso ao sistema SISGEPAT (Sistema Geral de Patrimônio). Informa a UAG que o acesso ao sistema informatizado permitirá aos servidores a obtenção de informações gerenciais atualizadas, a exemplo de localização, estado de conservação dos bens e unidade responsável pela guarda (fls. 872/873).

47. Embora a solicitação de senha tenha sido enviada à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal por meio do Ofício 80/2015-DPAT/SUAG/SES, de 20 de novembro de 2015, não foram encaminhados aos autos informações conclusivas sobre a medida proposta (fl. 873).

48. Nesse sentido, pode-se considerar não atendido o item em exame. Ainda, em vista da falta de informações, propõe-se que sejam reiterados à SES/DF os itens “IV.e” e “VI” da Decisão 3842/2015. Sugere-se, ainda, alertar ao titular da Pasta que, para atendimento dos referidos itens, obtenha junto aos setores diretamente envolvidos com as medidas propostas, informações detalhadas acerca das ações a serem implementadas e os respectivos prazos de execução. Por fim, cabe ainda alertar ao titular da Pasta que as respostas encaminhadas ao Tribunal devem expressar as diretrizes e a visão estratégica da alta administração daquele órgão.

IV. – CONCLUSÃO E SUGESTÕES



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

49. Nesta fase processual tratar-se-ia da análise do plano de ação, que deveria ter sido enviado à Corte pela SES em cumprimento ao item "VI" da Decisão 3842/2015.

50. No entanto, o plano de ação não foi encaminhado. As informações prestadas são insuficientes para assegurar a implementação de medidas com vistas ao atendimento do item "IV" da Decisão 3842/2015.

51. Portanto, entende-se necessário reiterar à SES os itens "IV" e "VI" da Decisão 3842/2015, alertando ao titular da Pasta quanto ao disposto no item "V" daquela determinação, no sentido de eventual apenação do(s) responsável(is) pelo descumprimento de determinação plenária.

52. Em anexo a esta Informação reproduz-se o modelo de Plano de Ação que deve ser observado pela jurisdicionada para atendimento dos itens mencionados no parágrafo anterior.

4. Ao final, o CT sugeriu ao Tribunal que:

- I - tome conhecimento desta Informação e dos documentos de fls. 850/881;
- II - considere não atendidas as determinações contidas nos item "IV" e "VI" da Decisão 3842/2015;
- III - reitere à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal os itens "IV" e "VI" da Decisão 3842/2015, alertando ao titular da Pasta quanto ao disposto no item "V" da mesma decisão;
- IV - alerte ao titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que:
 - a) para atendimento do item precedente, obtenha junto aos setores diretamente envolvidos com as medidas propostas, informações detalhadas acerca das ações a serem implementadas e os respectivos prazos de execução, conforme modelo em Anexo a esta Informação;
 - b) as respostas encaminhadas ao Tribunal não se restringem à posição de setores específicos, devendo expressar as diretrizes e a visão estratégica da alta administração da Pasta;
- V - autorize o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria.

5. Os autos vieram para manifestação do MPC/DF que aquiesce à análise do CT, com acréscimo.

6. Em relação ao Item "IV.a" da Decisão 3842/2015, necessário que o Tribunal determine também que seja apresentado um plano relativo às adequações das instalações físicas para compatibilização com os equipamentos a serem adquiridos.

7. Não é por demais lembrar que já existem diversas experiências desastrosas da SES no sentido da aquisição de equipamentos sem as necessárias adequações das instalações prediais, o que implicou a não instalação de equipamentos, com grave prejuízo aos pacientes. Cite-se a



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

exemplo o equipamento Pet-CT (Pet-Scan, Processo 11.754/2015e¹) adquirido em 2013, por um custo de cerca de R\$ 4 milhões, que até o momento não entrou em funcionamento por falta de adequações físicas da unidade em que seria instalado.

8. Desta forma, imperativo que seja apresentado, também, o planejamento das adequações estruturais/físicas/elétricas a serem feitas, com o cronograma das obras, de modo que as unidades nas quais serão instalados os equipamentos já estejam plenamente prontas, permitindo o imediato funcionamento dos bens adquiridos com a prestação de serviços aos pacientes da rede pública de saúde do DF.

É o parecer.

Brasília, 7 de novembro de 2016.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora do MPC/DF

¹ Representação nº 19/2015-CF. Irregularidade na aquisição de aparelho PET Scan. Secretaria de Saúde